

## Breves notas sobre o método. Produção de saber e copesquisa<sup>32</sup>

**Gigi Roggero**

Três dicotomias, segundo Michele La Rosa (2004), atravessam historicamente a pesquisa sociológica: a divisão rígida entre disciplinariedade e interdisciplinariedade, entre teoria e práxis, e entre totalidade e especificidade – ou melhor, entre macro e micro. Da etnometodologia à etnografia, nas últimas décadas várias abordagens das ciências sociais proficuamente discutiram e às vezes descartaram essas contraposições. Erodiram as perspectivas consolidadas, situando programaticamente as próprias práticas nos fluxos de experiência do mundo, conduzindo a produtividade inerente à dúvida ao coração da verdade científica (DAL LAGO, 2002). Isto significou, sobretudo, a problematização da relação entre sujeito e objeto da pesquisa, e a ideia positivista de neutralidade da ciência definitivamente dissolvida no caráter parcial, mutável e aleatório da posição do observador, em relação aos fenômenos indagados. É a questão de distância ou posição que se torna preeminente na interrogação e descrição das dinâmicas sociais. Quanto mais o pesquisador participa do mundo que estuda, tanto mais poderá narrar o seu fazer-se.

A peculiaridade da disciplina sociotrabalhista italiana – a sua verdadeira e própria anomalia – se constituiu com a importância obtida de sua genealogia parcialmente “não-acadêmica” (LA ROSA, 2004). Foi aqui que se delinearão a tradição e o método do operaísmo, a partir dos trabalhos de investigação no interior da transição taylorista-fordista do fim dos anos 1950, período em que fábrica e operários em Itália eram, com poucas exceções, ignorados do ponto de vista científico como do político. Frequentemente etiquetados como “anarcossociólogos”, os militantes ligados ao periódico “Cadernos Vermelhos”, na realidade, estiveram não somente entre os mais atentos à literatura internacional em ciências sociais, com particular interesse pela americana e francesa (BORIO, POZZI e ROGGERO, 2004), mas também foram uma das mais importantes fontes de

---

32 Este artigo foi traduzido do capítulo de Gigi Roggero “Brevi noti sul metodo; produzione di sapere e conricerca” publicado no livro *La produzione del sapere vivo; Crisi dell’università e trasformazione del lavoro tra le due sponde dell’Atlantico*. Verona: ombre corte, 2009. p. 112-117. Tradução de Bruno Cava.

produção de conhecimento e pesquisa sobre as profundas mudanças da realidade industrial. Foi aqui que ganharam forma as práticas de *copescquisa*, termo de forte caráter evocativo, simultaneamente experiência política e instrumento metodológico que descarta as três dicotomias corretamente individuadas por La Rosa.

Na definição que lhe dá Romano Alquati, protagonista nos anos 1960 dos periódicos “Cadernos Vermelhos” e “Classe Operária”, sobretudo através da experiência de copescquisa nas grandes fábricas da FIAT e da Olivetti, essa prática:

*Exige a cooperação no pesquisar por parte de pessoas em posições diferentes, dotadas de conhecimentos, experiências, competências e ainda capacidade de indagar diferentes (...) E também o fato da própria pesquisa se move numa realidade, formada, estruturada, e ainda hierárquica e centralizada, porque a rede está no sistema e não vice-versa, realidade em movimento e em inovação, e que se propõe de influenciar na transformação desta de seu interior; segundo determinados desejos e certo projeto de libertação e, assim, sempre constituinte, de novidade e diversidade, de alteridade (ALQUATI, 1993, p. 8-9).*

Não somente, com isso, teoria e prática cessam de contrapor-se, mas se tornam uma a condição de possibilidade da outra. Enquanto os limites disciplinares tendem a esfumar-se mediante a aplicação de um princípio diferente para a organização dos saberes, cujo critério de eficácia é a capacidade de responder às instâncias de transformação dos sujeitos coimplicados; a produção de conhecimento e intervenção política se compõem virtuosamente no que Althusser (1965, 1967) – embora numa perspectiva diversa dos operaístas – definia “prática teórica”.

A questão do *ponto de vista* qualifica radicalmente a copescquisa. O observador não apenas muda de posição, movendo-se de fora para dentro dos processos analisados, mas deixa de ser observador: vira sujeito de seu próprio objeto de pesquisa e intervenção. Não se trata unicamente de desconstruir a suposta e impossível neutralidade do pesquisador, para consentir com o silencioso “acesso a um mundo” (DAL LAGO, DE BIASI, 2002, p. XXXII), mas situar a produção dos saberes na irredutível parcialidade do ponto de vista. A prerrogativa sociológica de “cheirar” (SIMMEL, 1998) a realidade se conjuga aqui com a capacidade de interpretá-la e mudá-la. Diferentemente de algumas descrições do “observador participante”, assim, a copescquisa não adota o olhar ingênuo do estrangeiro, que pouco ou nada sabe de um mundo novo, desconhecendo linguagens, hábitos, normas e valores (JORGENSEN, 1989). Ao mesmo tempo, não corresponde, tampouco, ao que fora definido como “sociologia autobiográfica”: método em que o pesquisador estuda a realidade de que toma parte, escolhendo a observa-

ção participante como o instrumento natural de indagação. Longe de propor uma simples inversão da ordem de importância entre macro e micro, a dissolução das pretensões de universalismo da ciência moderna indica a parcialidade como único lugar de que se pode observar o todo, – exatamente na medida em que a imagem que a totalidade faz sobre si mesma não passa de pura ideologia (TRONTI, 1976).

A copesquisa se distingue também da tradição da “investigação operária”, que em Raniero Panzieri e numa componente dos “Cadernos Vermelhos” encontrou uma ponta de inovação substancial (LA ROSA, 2000, 2005), contribuindo, entre outros, para superar a desconfiança do marxismo ante a sociologia. Esta metodologia de investigação fora descrita, pelo próprio Panzieri (1965, p. 67-76), como uma ciência limitada, – no rastro da definição dada por Marx para a economia política, – ainda que dotada de uma autonomia própria, estruturada sobre o rigor de coerência científica e lógica. Nesta tradição, porém, a investigação utiliza os paradigmas, a organização científica e os meios capitalistas para discutir não o mérito, mas principalmente a finalidade do conhecimento. Noutras palavras, sua tarefa é destinar a produção de conhecimento à organização política, em vez de servir ao mercado. Um percurso desse tipo arriscava, por um lado, repropor, ainda que por via completamente inédita, a ideia de uma ciência neutra de que seria suficiente apropriar-se do conhecimento existente e dar-lhe outra finalidade; enquanto, por outro lado, a produção de saber era constitutivamente atribuída para o uso de um sujeito externo, o partido ou o sindicato, reforçando assim a divisão clássica entre tarefa política e tarefa científica. A hipótese da copesquisa, claramente sustentada em sua própria definição, consiste na possibilidade de derrubar essa separação: a produção do saber é imediatamente produção de subjetividade e construção de organização.

O prefixo *co* não pressupõe uma submissão ao puro dado empírico, nem à indistinção voluntarística entre entrevistador e entrevistado em nome de um igualitarismo de sabor populista. Refere-se, ao invés, à colocação em crise da divisão entre intelectuais e ação política, divisão inervada no sistema representativo; para localizar o nó da organização inteiramente dentro da composição de classe. No interior, isto é, num percurso onde as diferenças de posição das singularidades não sejam negadas, mas traduzidas em um processo comum, e cuja força é medida pela capacidade de desestruturar as hierarquias existentes. Afinal, a horizontalidade e a igualdade dependem da luta. A respeito da investigação, muda também a temporalidade com que se imagina a relação entre política e saber, entre organização e subjetividade. Nesse percurso, de fato, a crítica da ciência deixa de prender-se somente ao critério da utilização finalística, nalguma aceitação implícita de

um bondade intrínseca que pudesse anular a “finalidade maligna”. Destarte, a crítica recusa um futuro mais ou menos distante para colocar *hic et nunc*, na cooperação social, o problema de uma alternativa radical de estatuto epistemológico.

Nas práticas da copesquisa, a questão da subjetividade é materialisticamente colocada a partir da necessidade de libertar-se de implicações idealistas, presentes no problema clássico da consciência de classe, que seria tarefa para um sujeito externo revelar e desenvolver. Isto permitiu aos “copesquisadores” lerem a passividade operária não como pacificação definitiva nas fábricas, posição abundantemente sustentada pelas instituições do movimento operário nos anos 1950, nem como sua irremediável integração nos países “ocidentais”, segundo a notória tese da Escola de Frankfurt; mas sim enquanto recusa do trabalho e alheamento da representação, como ódio e não só orgulho por sua própria condição. A subtração à luta, em situações determinadas, podia ser uma forma de luta. Esta, por sua vez, assumia traços indecifráveis ou mesmo monstruosos, para a concepção tradicional social-comunista de consciência de classe, quando a luta reivindicava “mais salário e menos trabalho” em vez de Justiça; logo, assumindo e exercendo a irredutível parcialidade do próprio ponto de vista, em vez de assumir o interesse geral. Os temas universalistas da tradição marxista morriam definitivamente com essa produção de subjetividade operária no interior do que se instalava a copesquisa. Aqui se estabeleceu a relação entre a composição técnica e a composição política, fora de qualquer implicação determinista entre “estrutura” e “superestrutura”. Nesse sentido, se rompe o suposto espelhamento entre ciclos de capital e ciclos de subjetividade antagonista, cujo desdobramento estaria ligado à maturação linear de certo grau de consciência de classe. Ainda que, dentro da relação de capital e suas hierarquias, a emergência da composição política se forma nos encontros aleatórios – para usar ainda outro termo de Althusser – entre posicionamento no sistema produtivo, processos de subjetivação e capacidade de organização antagonista. Por esse motivo, o operário-massa era uma figura central das lutas, menos porque numericamente majoritário, do que por ser objeto onde se encarnava concretamente esses encontros aleatórios. À luz das características aqui brevemente descritas, convém precisar que a crítica à neutralidade da ciência e sua estrutura universalista foi conduzida pelos “copesquisadores” numa direção radicalmente diferente das orientadas pelo fim das “grandes narrativas”, anunciado por uma vasta literatura sobre o pós-moderno. Instituinto uma nova relação entre teoria e prática, completamente interna aos movimentos do trabalho vivo, a verdade cessou de ser um dado objetivo e preexistente, não para desaparecer, mas para ser interpretada – nisto consiste a diferença radical – como uma pes-

quisa coletiva numa relação de força. Ou melhor, a partir de um ponto de vista parcial de sujeitos localizados, a verdade não se esfrela em fragmentos entre si incomunicáveis, sobre algum plano liso e a-hierárquico; em vez disso, é o produto de um processo de cooperação e conflito, por sua vez definido pela relação entre singularidade e comum.

Nos últimos anos, o termo copesquisa voltou a circular, pelo menos como sugestão, no léxico dos movimentos – não só na Itália, mas em nível transnacional (BORIO, POZZI, ROGGERO, 2004). Ao mesmo tempo, algumas metodologias utilizadas na pesquisa de mercado – pense-se apenas, por exemplo, na “pesquisa-ação” – constituem de qualquer modo a sua metabolização empresarial, com a função de mediar os conflitos, em vez de organizá-los. Quem se coloca o problema de repensar politicamente a copesquisa, no entanto, deve prestar contas às transformações produtivas sucedidas no capitalismo. A ruptura da relativa linearidade espaço-temporal aberta na relação entre fábrica, produção de subjetividade e composição de classe, torna irrepitível a prática da copesquisa nas formas em que nascera.

A “nova antropologia” do trabalho vivo está no núcleo das tentativas de reelaboração da copesquisa nos últimos anos, compartilhando perspectivas, inovações e dificuldades da “investigação metropolitana” (Revista POSSE, 2001). Em tais experiências, esquematizando, foi elaborada a hipótese de uma modelização articulada sobre três eixos. Sobre o eixo vertical, interroga-se a posição dos sujeitos no mercado de trabalho e os processos de hierarquização da força-trabalho. Sobre o eixo horizontal se produzem cartografias das dinâmicas de mobilidade e resistência difusa, ou melhor, as estratégias de autovalorização. Sobre o terceiro eixo, transversal, localiza-se a autopercepção dos singulares, a respeito de suas próprias condições e da possibilidade de mudá-las. Neste quadro, as novas práticas de copesquisa devem colocar-se o problema da combinação entre *exit* e *voice*, entre infidelidade e organização do êxodo, enquanto a metrópole e o espaço transnacional desenham as novas coordenadas da produção capitalista.

O que pode ser reproposto, portanto, é a continuação de um estilo que qualifica a pesquisa participante em termos fortes, sem lhe edulcorar a raiz etimológica, o *tomar partido* pelo que se mede a produção do saber. Hoje, entretanto, o conhecimento não é mais somente – para usar as palavras de Mario Tronti – a organização de uma ameaça de fora, que caberia controlar na relação entre ciência e política. No momento em que o saber se torna recurso central e meio de produção, a função intelectual é absorvida completamente na nova composição de classe. No trabalho cognitivo se traçam as coordenadas da cooperação e da exploração, e

é nesse momento que a copesquisa pode se tornar diretamente prática constituinte. Reconfigurando a própria colocação da continuidade espacial à preeminência temporal, a copesquisa é potencialmente instrumento de exercício da autonomia do saber vivo e método de construção das instituições do comum.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Per Marx* (1965). Trad. Italiana. Roma: Riuniti, 1967.
- BORIO, Guido; POZZI, Francesca; ROGGERO, Gigi (orgs.) *Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Intervista a Romano Alquati in Gli operaisti*, 2004, p. 39-54.
- DAL LAGO, Alessandro; DE BIASI, Rocco (orgs.). *Un certo sguardo. Introduzione all'etnografia sociale*. Roma-Bari: Laterza, 2002.
- JORGENSEN, Danny L. *Participant observation: a methodology for human studies*. Newbury Park: Sage, 1989.
- LA ROSA, Michele (org.). *Il lavoro nella sociologia*. 2. ed. Roma: Carocci, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Weber, Marx e Panzieri. Ricerca sociologia e capitalismo*. Roma: Sapere 2000, 2005.
- PANZIERI, Raniero. *Uso socialista dell'inchiesta operaria*. In "Quaderni Rossi", 5, abril 1965, p. 67-76.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Trad. it. Milão: Comunità, 1998.
- TRONTI, Mário. *Operai e capitale*. Edição portuguesa: *Operários e capital*. Porto: Afrontamento, 1976.
- VÁRIOS AUTORES. *Fare inchiesta metropolitana. Rivista Posse*, 2-3, jan. 2001.

■..... **Gigi Roggero** é pesquisador associado à Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Bologna, autor de *Intelligenze fuggitive* (Manifestolibri, 2005), *Introduzione all'archivio postcoloniale* (Rubbettino, 2008) e *La produzione del sapere vivo* (ombre corte, 2009), e colaborador da UniNomade (<http://www.uninomade.org>) e do coletivo editorial do projeto transnacional "edu-factory".